



Investigação policial desvenda esquema responsável por abortos

Coletiva de imprensa

A investigação conduzida pela Polícia Civil sobre uma rede responsável por mais de cem abortos praticados na capital resultou na prisão de Ilizabete Alves Menezes, 69 anos. Ela foi indiciada pelos crimes de aborto, exercício ilegal da medicina, distribuição de medicamento proibido e formação de quadrilha. A suspeita é de que a mulher realize procedimentos abortivos desde a década de 70, criando uma ampla cartela de clientes vindos de todas as regiões do Estado, assim como do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Investigações apontam que o esquema contava com a participação de outras pessoas, que arregimentavam as mulheres para a prática abortiva, como também de médicos e farmacêuticos. Além de Ilizabete, foram indiciados pelo crime de formação de quadrilha Jaqueline Alves Menezes e Marcelo Alves Menezes Ferreira, filhos de Ilizabete, além de Jaildo Souza dos Santos. Todos os envolvidos já foram denunciados pelo Ministério Público. Contra Marcelo e Jaildo constam mandados de prisão, por isso são considerados foragidos. Dois casais também foram indiciados no artigo 124, pelo crime de aborto.

Divulgação PCMG

Ilizabete Alves Menezes

Por meio da análise de anotações feitas por Ilizabete, a Polícia levantou uma grande diversidade de clientes, inclusive, menores de idade. Todas as mulheres serão qualificadas e chamadas para prestar informações. Conforme explica o delegado que coordenou esta etapa das investigações Rodrigo Bossi, é de fundamental importância que todas as mulheres que tenham realizado o procedimento com Ilizabete procurem a Polícia e colaborem com a investigação, evitando assim uma abordagem mais invasiva. A pena para o crime, em geral, é convertida em medidas alternativas.

Divulgação PCMG

Marcelo Alves Menezes Ferreira e Jaildo Souza dos Santos

“As investigações prosseguem em autos complementares para a apuração dos demais crimes, em segredo de justiça, para assegurar a imagem e a vida privada das mulheres envolvidas”, explica o delegado.

Esquema criminoso

Segundo investigação, Ilizabete se encontrava com as pacientes em um shopping localizado na região da Pampulha, de onde eram conduzidas até a clínica. O caminho era realizado de forma planejada, com vigias espalhados em pontos estratégicos.

Após diligência policial realizada na clínica da investigada, que funcionava na rua Braz Baltazar, no bairro Caiçaras, foram apreendidos diversos materiais relacionados à prática do aborto, como maca ginecológica e instrumentos cirúrgicos, além de medicamentos abortivos como o Cytotec, cuja comercialização é proibida no país.

Ainda durante as buscas no local, foram apreendidos quatro cadernos com registros das

atividades desempenhadas pela suspeita desde 2012. Os livros continham todos os contatos telefônicos realizados por Ilizabete com as clientes, assim como o assunto tratado em cada ligação. Ao final do mês, a investigada anotava todos os abortos realizados naquele período e os procedimentos utilizados. A Polícia contabilizou um total de, aproximadamente, 120 abortos praticados.

Conforme informou o delegado Rodrigo Bossi, a investigada disponibilizava aos interessados três métodos abortivos: fornecimento do medicamento, em que era cobrado o valor de R\$ 1.600,00; aplicação do medicamento, a R\$ 3.400,00; e o procedimento cirúrgico, em que a cobrança chegava a R\$ 5.200,00.

Ilizabete negou realizar abortos alegando que o material encontrado em sua residência era utilizado em exames de ginecologia e obstetrícia. Ela ainda informou que teria iniciado o curso de medicina, sem contudo tê-lo concluído, o que, conforme apurado, não procede.

O chefe do Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Luiz Flávio Cortat, destaca a importância da investigação desenvolvida pela Polícia Civil que revela, sobretudo, uma preocupação com reflexos na Saúde Pública.

Acompanhe o [facebook](#) da Polícia Civil
Assessoria de Comunicação – PCMG
(31) 3915-7182 - (31) 3915-7192
imprensa.pcmg@gmail.com